

INCLUSÃO E COMUNICAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA UENF

Marcela Lima Carneiro (UENF)
marcelacarneirolima@yahoo.com

Bianka Pires André (UENF)
biankapires@gmail.com

Eri Lidianes Alves (UENF)

RESUMO

A preocupação com a inclusão de pessoas com deficiência tem estado mais presente em nossa agenda social. E esta inclusão deve ser garantida em todas as esferas de nossa sociedade, principalmente no âmbito educativo. Nesse sentido, tendo em vista que o acesso à educação é um direito de todos, o objetivo deste artigo é relatar algumas experiências de alunos com deficiência auditiva na Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro, em Campos dos Goytacazes (RJ). A presença deste alunado, que requer auxílio em sua comunicação, deixa claro os tipos de barreiras que estes alunos enfrentam ao longo de sua trajetória acadêmica, não só em nível comunicacional, mas também pedagógico. Os dados foram recolhidos através de um questionário aplicado em 2017 e os resultados apontam para a necessidade de uma melhor inclusão destes alunos através de recursos humanos, tecnológicos e do fomento de uma cultura de inclusão na comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Inclusão. Comunicação. Deficiência auditiva.

1. Introdução

A Constituição brasileira de 1988 prevê a educação como um direito de todos independente das condições físicas deste cidadão. Além disso, diversos documentos e leis nacionais e internacionais foram criados afim de assegurar os direitos dessas pessoas em todas as modalidades de ensino. Através da conquista desses direitos tornou-se possível o ingresso dos alunos com deficiência (AcD) também ao ensino superior. No entanto, a discussão acerca da inclusão e permanência desses alunos no Ensino Superior é recente.

O fato de estarem matriculados em uma instituição de ensino superior não garante que o objetivo final seja alcançado, ou seja, a forma-

ção profissional. Se para um aluno sem deficiência a vida acadêmica não é fácil, para os alunos com deficiência, esse percurso é ainda mais difícil. Estes alunos encontram diversas barreiras as quais dificultam ainda mais a conquista do seu objetivo.

A Lei de Acessibilidade (2000), determina a supressão de barreiras nos meios de transporte e comunicação, ou seja, em locais que atendam ao público. Desta forma, as instituições de ensino superior devem buscar eliminar as barreiras que dificultam e impeçam a autonomia e o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar um recorte de uma pesquisa realizada na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) sobre o mapeamento dos alunos com necessidades especiais matriculados nesta instituição. O recorte que apresentaremos será de algumas experiências de inclusão e comunicação de alunos com deficiência auditiva.

A metodologia desenvolvida foi pesquisa bibliográfica, consulta à secretaria acadêmica e aplicação de um questionário para os alunos indagando sobre suas experiências no *campus*.

2. Leis e documentos

Para que hoje os alunos com deficiência tenham o direito de cursar o nível superior de ensino, muitas dificuldades foram enfrentadas e superadas ao longo dos anos. Há algum tempo no Brasil, as pessoas com deficiência (PcD) não tinham nenhum direito garantido e eram excluídas da sociedade. E mesmo havendo algum tipo de campanha em defesa da cidadania e dos direitos dessas pessoas, eram ações independentes, como afirma Marcos José Silveira Mazzotta (2001), eram “medidas isoladas, de indivíduos ou grupos” (MAZZOTTA, 2001, p. 15). Através da elaboração de documentos internacionais essa luta foi tomando um grande impulso nos distintos países, e, como principais documentos podemos destacar:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU (1948).
- Declaração Mundial Sobre Educação para Todos – ONU (1990).
- Declaração de Salamanca – UNESCO (1994).

Estes documentos ainda hoje oferecem e estabelecem os direitos

fundamentais a todos os seres humanos, favorecem a igualdade e o respeito dentro da diversidade, e promovem a inclusão. No Brasil também foram criadas leis e documentos nacionais que contribuem com estas medidas de inclusão, como exemplo:

- Constituição da República Federativa do Brasil (1988).
- Lei de Diretrizes e Base nº 9.394/96.
- Lei de Acessibilidade (2000).
- Lei 10.436/2002 – Reconhece a libras como língua oficial no país.
- Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006).
- Decreto-Lei nº 6.949/2009 – Prevê os direitos das pessoas com deficiência.
- Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015).

O objetivo da implementação dessas leis é oferecer às pessoas com deficiência seus direitos como cidadãos legítimos. Estas leis contribuíram significativamente para que todas as pessoas fossem respeitadas e pudessem ser inseridas na sociedade. Permitiu ainda que as crianças com deficiência pudessem estudar e alcançar os níveis mais elevados de ensino. Através dessas leis e documentos hoje temos alunos com deficiência também nas universidades, porém apenas lhes oferecer os direitos ainda não é o suficiente, é necessário assegurar o cumprimento destas leis para que alunos possam permanecer nas instituições de ensino superior e concluir seus cursos.

3. Mapeamento de alunos com deficiência na UENF

Durante a trajetória de 24 anos de existência da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro houve um total de sessenta alunos matriculados com deficiência. Atualmente, em 2017, a UENF possui cerca de trinta alunos matriculados com deficiência, mas apenas 10 alunos participaram desta pesquisa respondendo ao questionário. Associamos esse número ínfimo de participantes à falta de informações que possibilitem o acesso pleno a esses alunos, pois não há nenhuma espécie de questionário no ato da matrícula para se conhecer melhor este aluno

especial que se matricula na Instituição. Destes 10 alunos, 5 eram deficientes físicos, 3 deficientes visuais e 2 deficientes auditivos. O recorte foi feito com os alunos com deficiência auditiva pois a temática da comunicação e da língua portuguesa é o foco desta revista.

Por meio do levantamento de dados da pesquisa pode-se tomar conhecimento das principais dificuldades enfrentadas por estes alunos. Todavia, cabe ressaltar que o ingresso desse alunado não é recente, pois a universidade recebe alunos com deficiência a datar de 2004, porém mesmo passado mais de uma década após o primeiro ingressante a estrutura acadêmica ainda possui inúmeras dificuldades as quais impedem a permanência e integração desses alunos.

INGRESSO DE ALUNOS COM DEFICIENCIA POR ANO			
2004	1	2011	9
2005	0	2012	10
2006	1	2013	9
2007	1	2014	10
2008	0	2015	9
2009	0	2016	4
2010	1	2017	5
<i>TOTAL: 60 alunos com deficiência nos 24 anos de existência da UENF</i>			

Tabela 1

No período de 2011 a 2015 obtivemos um elevado número de ingressantes, o qual relacionamos ao Decreto-Lei 6949/09 que estabelece um sistema de educação inclusiva em todos os níveis.

Após o ingresso expressivo de alunos com deficiência, há também um decréscimo importante a se notar nos anos de 2016 e 2017. Todavia, não há atos normativos que possam explicar este fator. Por esta razão relacionamos a dificuldade de permanência desses alunos no meio acadêmico, pois ao realizar análise de suas falas percebe-se que a falta de assistência, bem como a falta de uma política de inclusão têm sido decisivas para que permaneçam na UENF.

Verifica-se assim a situação dos 60 alunos com deficiência que já passaram pela Universidade: alunos ativos (29); situações de abandono (13); cancelados (8); desligados (8); transferência para outra instituição de ensino superior (1); e concluído (1). Vale destacar que os 29 alunos ativos estão matriculados em mais de 10 cursos diferentes como engenharias, medicina veterinária, zootecnia, química entre outros.

Dentro dessa perspectiva a situação dos sessenta ingressantes na Universidade é complexa, pois durante estes 13 anos de ingresso de alunos com deficiência não temos conseguido atingir a permanência e inclusão efetiva destes alunos como determina o Decreto-Lei nº 6.949/09.

4. *Barreiras e suas consequências para a comunicação do aluno com deficiência auditiva*

As pessoas com deficiência (PcD) enfrentam dificuldades no seu dia - a - dia em maior ou menor grau, na educação superior não é diferente. As leis brasileiras exigem a eliminação das barreiras que dificultam a autonomia desses indivíduos em locais públicos. Para atender a esta lei, foram realizadas pesquisas para descobrir quais são as barreiras frequentemente encontradas por estes alunos nas universidades. As autoras Sabrina Fernandes Castro e Maria Amélia Almeida (2014) categorizam quatro tipos de barreiras que tornam mais difíceis a permanência destes alunos nas instituições de ensino superior:

- *Barreiras Arquitetônicas*: São aquelas encontradas no espaço físico, na arquitetura, de forma que dificulte ou impeça a mobilidade de forma autônoma.
- *Barreiras Comunicacionais*: Qualquer obstáculo que dificulte ou impeça a comunicação através dos sistemas de comunicação.
- *Barreiras Pedagógicas*: São aquelas observadas nas práticas pedagógicas do docente, na didática utilizada para a ministração das aulas.
- *Barreiras Atitudinais*: São aquelas provocadas pelas atitudes das pessoas pela falta de conhecimento acerca das deficiências, o que resulta em preconceitos e discriminações.

Através da pesquisa realizada na UENF, pode-se constatar que os alunos com deficiência da instituição também encontram esses quatro tipos de barreiras, como por exemplo, na falta de calçadas e carteiras acessíveis, falta de sistematização de sons para informações aos deficientes visuais, e a falta de uma política de inclusão que ofereça o conhecimento à toda comunidade acadêmica acerca das deficiências, afim de minimizar o preconceito e discriminações oriundas dessa falta de conhecimento.

Dentro dessas barreiras nota-se através da coleta de dados que os

alunos com deficiência na UENF encontram como maior empecilho para dar continuidade a seus cursos as barreiras pedagógicas e comunicacionais. Segundo suas falas dentro das barreiras pedagógicas encontramos relatos de pessoas que sentem pela falta de empatia e sensibilidade no ambiente acadêmico. De acordo com Soraya Dayanna Guimarães Santos e Neiza de Lourdes Frederico Fumes (2009) as barreiras enfrentadas por nossos alunos são ainda mais difíceis de serem superadas, pois diferente das barreiras arquitetônicas que dependem de recursos financeiros, as aqui enfrentadas dependem do conhecimento das pessoas, estando este aliado a sensibilidade, a prudência, e a ética.

O recorte a seguir demonstra as barreiras pedagógicas e comunicacionais enfrentadas pelos alunos com deficiência auditiva da UENF.

Preciso de monitores em disciplinas fundamentais. (AcD do CCTA)⁹⁶

Só consigo entender que está escrito no quadro, e não consigo acompanhar explicação oral do professor. (AcD do CCTA)

Tenho algumas dificuldades de disciplinas em básico. (AcD do CCT)

Alguns os professores de específico melhores as condições para conteúdos mas pelo menos em básico (AcD do CCT)

Ao analisar as falas colocadas pode-se afirmar a dificuldade que o aluno com deficiência auditiva tem em se comunicar ao fazer uso da língua portuguesa. Tanto sua comunicação como seu aprendizado estão sendo prejudicados, pois a relação professor- aluno como também se queixam, é multifacetada. Por este fator, estes alunos necessitam de auxílio, pois, suas deficiências trazem como consequência a dificuldade nas disciplinas básicas e fundamentais.

5. Experiências de inclusão

Os alunos com deficiência auditiva quando questionados afirmam se sentirem incluídos na Universidade. Todavia, cabe problematizar a qualidade dessa inclusão, pois em suas falas percebe-se a possibilidade de estar havendo uma naturalização dessa exclusão. Sendo assim, trazemos experiências de inclusão vividas por alunos com outras deficiências, mas que não possui sua comunicação comprometida, para que possamos perceber como ocorre a inclusão na universidade pesquisada.

⁹⁶ CCTA = Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar.

Os alunos foram questionados se sentiam incluídos na UENF:

Não, pois a universidade não foi pensada para receber PcD. (AcD do CCH)

Eu gostaria que a universidade fosse mais inclusiva, que os professores tivessem mais sensibilidade em relação às necessidades que o aluno especial tem. Que a estrutura fosse mais adaptada para atender às diversas exigências que são feitas no dia a dia. (AcD do CCH)

Hora sim, hora não! Hora sim! Quando eu vejo que eu faço parte da UENF! E estou inserido socialmente. É isso que eu quero e desejo. Hora não! Quando surge as dificuldades! Eu vejo que o resultado não é proporcional ao meu esforço de estudo. Eu percebo a indiferença! Exclusão, rejeição de participar de um grupo. Na realidade viver em sociedade é viver em conflito em aceitar é ser aceito! Nada e perfeito. (AcD do CCT)

Percebe-se como as experiências são diferentes para os alunos com deficiência, e o quão cruel a realidade pode ser para alguns alunos com deficiência nas instituições de ensino superior. Por esta razão, ressaltamos aqui a necessidade de se pensar uma verdadeira inclusão, mas acima de tudo um fazer inclusão. A comunidade acadêmica precisa tomar e fazer parte dessa realidade, pois as vidas das pessoas com deficiência também merecem atenção, cuidado e respeito.

6. Por uma cultura de inclusão na UENF

É indiscutível a necessidade que se tem de promover a cultura de inclusão, sobretudo nas instituições de ensino superior, pois estas são responsáveis por formar pessoas para atuar tanto no setor público quanto no privado. Ou seja, formar um indivíduo crítico e que reflete sobre suas ações se faz de suma importância. Estes indivíduos precisam aprender a ser sensíveis às necessidades das pessoas com deficiência, pois o pensar inclusão precisa ser compromisso de toda a comunidade acadêmica.

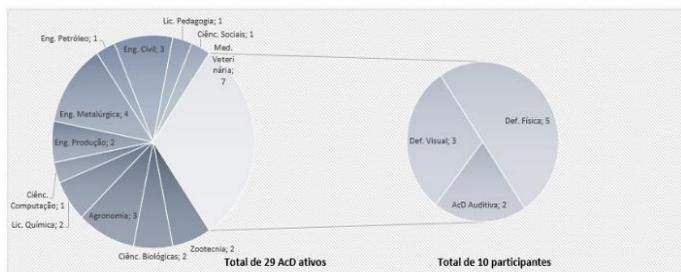


Gráfico 1 - Distribuição dos alunos com deficiência na UENF

No total a UENF possui (16) cursos de graduação, dentre estes cursos (12) possuem pelos menos um aluno com deficiência. Entretanto, apenas os cursos de Licenciatura (5) possuem a Língua Brasileira de Sinais como disciplina obrigatória —cabendo ressaltar que a libras é reconhecida como língua oficial no país segundo a Lei 10436/02. Todavia, não é oferecida em todos os cursos da Universidade, nem mesmo como disciplina optativa nos cursos de bacharelado. Já a Educação inclusiva, como disciplina obrigatória, é ofertada somente no curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo inexistente nos cursos de bacharelado, onde há grande quantidade de alunos com deficiência.

Para se praticar uma cultura de inclusão, seria interessante que todos os cursos de graduação, independente da instituição, oferecessem disciplinas que refletissem sobre a temática da inclusão. Em algum momento de nossas vidas vamos nos deparar com colegas de trabalho ou profissionais de áreas diversas e, por desconhecer, muitas vezes, que uma deficiência não significa sinônimo de incapacidade, podemos correr o risco de discriminar tal pessoa. Nesse sentido, a cultura de inclusão deveria ser fomentada em todos os cursos e não apenas nos cursos de Licenciatura da UENF.

7. Conclusão

Sabemos que durante muito tempo as pessoas com deficiência foram relegadas ficando à margem da sociedade. Desta forma, pudemos perceber a importância das leis e documentos acerca do tema para a integração dessas pessoas à vida social e para a obtenção de seus direitos como os demais cidadãos, porém no que diz respeito à educação, por mais que as leis determinem seus direitos, ainda há muito a ser feito para que essas pessoas sejam realmente incluídas.

Através da pesquisa realizada na UENF pode-se perceber que as barreiras enfrentadas pelos alunos com deficiência da instituição podem ser de cunho pedagógico, comunicacional, tecnológico ou atitudinal (CASTRO & ALMEIDA, 2014). Essas barreiras interferem no aprendizado dos alunos com deficiência, levando em muitos casos a desistência do curso devido à falta de apoio e de suporte.

Os relatos dos alunos com deficiência auditiva mostraram que uma das grandes dificuldades enfrentadas por eles diz respeito a postura do professor em sala de aula. Pois uma boa comunicação desempenha

um papel muito importante no processo de aprendizagem, e a forma como o professor desempenha seu papel pode facilitar ou dificultar o aprendizado destes alunos, gerando um ciclo de inclusão-exclusão. Sendo assim, ressaltamos a importância de pensar e fazer uma verdadeira integração das pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior. É necessário que se faça uma inclusão total e de forma igualitária, evitando constrangimentos, preconceitos devido à falta de conhecimento, e uma consequente evasão. Não se pode negar aos alunos com deficiência seus direitos que foram arduamente conquistados.

Desta forma, percebemos que na UENF ainda se faz necessário a criação de uma política de inclusão, para que a universidade possa além de abrir as portas, possa também garantir e fornecer o suporte necessário para que estes alunos permaneçam e sintam-se de fato pertencentes a esta comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Acesso em: 05-07-2015.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30/03/2007. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 15-08-2016.

_____. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 05-07-2015.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>.

Acesso em: 22-05-2016.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretri-

zes e bases da educação nacional. 1996b. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em:
22-05-2016.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 15 agosto.2016.

_____. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*, 2008b. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedhpor.pdf>>. Acesso em: 22-05-2016.

CASTRO, Sabrina Fernandes; ALMEIDA, Maria Amélia. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, vol. 20, n. 2, p. 179-194, abr./jun.2014.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>.

SANTOS, Soraya Dayanna Guimarães; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. *Reflexões de Universitários com Deficiência sobre a Prática e a Formação Docente no Ensino Superior de Maceió*. In: V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, Londrina, 2009.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos*. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>.